



FUNASA

Governo publica portaria alterando local de trabalho

Página 2

ARTIGO

8 de março: Dia de amplificar nossa voz!

Página 4

COMBATE A FOME

Conab e Incra voltam a ser protagonistas

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XVI - Nº 183
Cuiabá - Março de 2023

O compromisso

Acesse: www.sindsepmt.org.br



SEXTOU!

Governo encaminhou Projeto de Lei para concessão de reajuste

Também nessa sexta, 31, o governo publicou no Diário Oficial da União (DOU) uma Portaria que eleva o valor nominal do auxílio-alimentação

O governo federal informou que nessa sexta-feira, 31, seguiu para o Congresso Nacional um Projeto de Lei para a concessão de reajuste de 9% dos servidores prevista no anexo V da Lei Orçamentária de 2023 (LOA). A mensagem foi assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O reajuste salarial linear para ativos, aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90 vale a partir de maio, a ser pago em junho.

Também nessa sexta, 31, o governo publicou no Diário Oficial da União (DOU) uma Portaria que eleva o valor nominal do auxílio-alimentação dos servidores ativos do Executivo Federal de R\$

458 para R\$ 658. O novo valor vai começar a valer a partir da folha de pagamento emitida em abril, a ser paga a partir de 1º de maio.

Além de ser o primeiro reajuste no benefício desde 2016, o novo valor ainda apresenta uma defasagem em relação aos Três Poderes, fato reconhecido pela própria ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Uma trava burocrática impediu que o reajuste no auxílio-alimentação fosse maior do que as perdas inflacionárias do período. A luta pela equiparação do valor dos benefícios segue sendo prioridade para servidores que também buscam a instalação imediata das mesas de negociação setorial,

outro ponto que ficou acordado no processo que assegurou reajuste emergencial para os servidores do Executivo que estavam, em sua maioria, com salários congelados há sete anos.

A Condsef/Fenadsef também segue reforçando a importância de revogar atos administrativos que prejudicam servidores e serviços públicos. Além de organizar as demandas prioritárias da categoria, as entidades representativas dos servidores também querem debater um tratamento no formato e composição da mesa. Ao longo desse processo de caráter emergencial houve reuniões realizadas em auditório cujo formato não foi de negociação, mas sim com caráter de assem-

bleias que não cabem para a situação.

A expectativa é de que seja possível debater com antecedência o orçamento 2024, discutir e buscar soluções para corrigir distorções no setor público, debater a urgência da realização de concursos públicos, entre outras demandas. "Sabemos que para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. (FONTE: CONDSEF/FENADSEF)

Fotos: Mário Hashimoto



A Condsef/Fenadsef, através do seu secretário-geral, Sérgio Ronaldo da Silva e o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, participaram da posse do médico Arthur Chioro, como presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), na quinta-feira, 9/03. Tanto Chioro, quanto o seu vice, médico sanitário Daniel Beltrammi foram escolhidos por meio de eleição dos nomes da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração da Ebserh (CA), com base em uma prerrogativa da Lei das Estatais. Leia mais em nosso site: www.sindsepmt.org.br

Empregados da Ebserh têm primeira reunião de negociação do ACT 23/24 com a empresa

Próximas reuniões foram agendadas para 19 de abril e 3 de maio

Começou com atraso o processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024 dos empregados e empregadas da Ebserh. A categoria que tem data base em 1º de março teve a primeira reunião com a empresa de modo virtual nessa terça-feira, 28. De início, a empresa informou que não seria possível discutir o mérito das propostas já apresentadas pelas entidades uma vez que a Sest ainda não divulgou as diretrizes de negociação.

Ainda de acordo com a empresa já foram recepcionadas propostas da base apresentadas pela Condsef/Fenadsef, CNTS e FNE, faltando serem incorporadas as

propostas da Fenafar. A empresa também informou que as próximas reuniões de negociação do ACT da categoria já foram agendadas para os dias 19 de abril e 3 de maio, dessa vez de forma presencial. Nessas reuniões o que se espera é que tenha início a discussão do mérito das cláusulas, inclusive com alguma sinalização sobre cláusulas econômicas.

Houve acordo entre empresa e empregados de que temas propostos para o ACT como abonos, licenças e progressão possam ser ter normativos e debates anteriores resgatados para aprofundamento e possível finalização dos regulamentos.



A Condsef/Fenadsef iniciou a seu 11º Encontro Jurídico no 23, em Brasília. A mesa de abertura traz o tema da negociação coletiva para os servidores públicos e a regulamentação da Convenção 151 da OIT. O debate conta com a participação do secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, Sérgio Mendonça, além do assessor jurídico da Confederação, José Eymard Loguercio.

A advogada do Sindsep-MT, Adriane dos Anjos, participou do evento e classificou como muito produtivo os debates realizados durante o encontro.



Aconteceu no dia 30, na sede da CUT-MT, a reunião do Sistema Diretivo do Sindsep-MT onde foi discutido e deliberado as seguintes pautas: Informes gerais; Informes Jurídicos; Prestação de Contas. Já nos dias 31/03 e 01/04 foi realizado o Seminário de Formação Política e Planejamento ministrado por Helder Molina, professor da UERJ, que contou com a presença do secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo. Mais fotos, na nossa página do Facebook: www.facebook.com/sindsepmt e matéria completa em breve no nosso site.



EXTINÇÃO NÃO!

Governo publica Portaria que altera lotação dos servidores da Fundação

Confirmada nova lotação dos servidores para os ministérios da Saúde, das Cidades ou do MGI

Foi publicada no dia 23/3, a Portaria Interministerial MGI/MCID/MS nº 881/2023, alterando a lotação e o exercício de centenas de servidores da extinta Funasa para os Ministérios das Cidades, da Saúde ou da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Em e-mail institucional dirigido aos servidores, o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, afirma que os novos órgãos para os quais os servidores foram direcionados “realizarão a ambientação dos agentes públicos que passarão a compor seus quadros de pessoal, apresentando suas estruturas e promovendo a acolhida de cada uma e de cada um, de maneira que a transição de funções e atividades para sua nova lotação seja feita com o suporte necessário, garantindo a segurança e a tranquilidade de todas(os)”, afirma a nota.

A comunicação explica ainda que “a alteração de lotação e exercício buscou respeitar, sobretudo, as localidades em que as suas funções já são realizadas e a experiência de cada uma e de cada um, com a certeza de que contribuirão, nas novas Pastas, para o desenvolvi-



mento das missões institucionais”, esclarece.

O secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho destaca ainda que nenhum servidor “será lotada(o) em outro ente federativo sem [a sua] expressa concordância e que, independentemente da nova lotação, fica assegurada a percepção de todas as parcelas que compõem a remuneração de seus cargos efetivos”, detalha.

No caso dos aposentados e pensionistas, a nota explicita que a gestão de todas as aposentadorias e pensões da extinta Funasa concedidas até a data de vigência da Portaria ficarão a cargo do Ministério da Saúde.

O governo criou ainda uma página com as principais orientações,

no sentido de sanar todas as dúvidas decorrentes da extinção da fundação e da nova lotação dos servidores.

Condsef orienta servidores sobre remanejamento - Após Portaria Interministerial alterando lotação dos servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) orienta trabalhadores a se apresentarem mas que apresentem requerimentos questionando a legalidade das movimentações.

A orientação para que os servidores se apresentem às novas Unidades Organizacionais é para evitar desconto por faltas, punições ou até mesmo o abandono de cargo.

No entanto, no ofício circular, a Confederação orienta pela apresentação de requerimentos individuais, observando as ilegalidades da Portaria, conforme o anexo 1 do documento.

Além disso, a Condsef oficiou o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para que saneie as incertezas geradas pelo remanejamento realizado. (COM CONDSEF)

Fotos: Mário Hashimoto



“REESTRUTURAÇÃO SIM, EXTINÇÃO NÃO”

Dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores federais dos Estados de Mato Grosso, Ceará, Rondônia, Paraíba e Goiás, (foto acima) voltaram a se reunir na sede da Condsef/Fenadsef, em Brasília, para mais uma semana de mobilização contra a Medida Provisória (MP 1.156), que extingue a Fundação Nacional da Saúde (Funasa). A força tarefa visitou a Câmara dos Deputados e o Senado entregando ofícios dirigidos aos parlamentares solicitando apoio e audiência para tratar do assunto.

Assim como muitos políticos, o deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT/CE) foi enfático ao dar apoio à força tarefa no Congresso Nacional. Segundo ele, o governo federal não tem número suficiente para aprovar a MP 1.156 que extingue a Funasa.



EMANUEL DEFENDE MANUTENÇÃO DA FUNASA

O deputado federal Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT), reafirmou seu compromisso feito anteriormente ao Sindsep-MT, dizendo que a luta pela PEC 101/19 continua viva. A proposta de Emenda Constitucional prevê a concessão de plano de saúde aos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), hoje Funasa, que foram expostos a substâncias nocivas à saúde. Sobre a extinção da Funasa (MP 1.156), o vice-líder do governo Lula na Câmara reconheceu a importância do órgão especialmente para os municípios mais longínquos, principalmente nas comunidades ribeirinhas e indígenas. “No que depender de mim, nosso trabalho como vice-líder iremos apresentar todos argumentos favoráveis para que se possa manter o funcionamento da Funasa e valorizando todos os servidores”, disse o parlamentar.



SINDICATO SE REUNE COM SERVIDORES EM BARRA

Voltando de Brasília no último dia 7/03, o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto fez uma breve reunião com servidores ativos e aposentados da Saúde, no Dsei Xavante da região de Barra do Garças. Foram repassados os acontecimentos recentes de Brasília, como a extinção da Funasa, PPP e sobre o reajuste emergencial. Até esta data o governo federal, através do Ministério de Gestão e Inovação, ainda não tinha fechado acordo com a categoria, o que foi feito no dia 24. Um reajuste salarial de 9% para todos os trabalhadores a partir de 1º de maio deste ano e um aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação.

MP PODE CADUCAR

Extinção divide opiniões no Senado

Diante do impasse no Congresso, senador não descarta que a MP 1.156 nem sequer seja votada

A extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por meio da Medida Provisória (MP) 1.156/2023 dividiu opiniões em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI) nesta quarta-feira (29). Enquanto representantes do governo defenderam a extinção do órgão e a realocação de seus funcionários e programas nos ministérios da Saúde e das Cidades, senadores e servidores da Funasa criticaram a proposta. A MP ainda aguarda a designação de senadores e deputados para a comissão mista.

A reunião foi conduzida pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), uma das signatárias da audiência pública. A parlamentar disse estranhar que o governo Lula tenha optado pela extinção da Funasa. Para ela, a fundação tem o potencial de ação social que, a seu ver, o governo tenta dar à gestão pública nos próximos quatro anos. Daniella criticou fortemente o desmonte que a Funasa já vem sofrendo — antes mesmo da votação da MP — e garantiu que esse desmonte não irá influenciar os parlamentares.

— O desmonte não intimida nenhum senador ou deputado. Se estão desmontando, a decisão final será do Parlamento e, dependendo do nosso texto final, vão ter que remontar a Funasa talvez até mais estruturada do

que estava. Além disso, a extinção da Funasa traz desemprego sim, porque os terceirizados e as milhares de parcerias com municípios vão ser prejudicados.

Daniella também concordou com a proposta do senador Cleitinho (Republicanos-MG) para que uma comissão da CI se reúna com o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, visando articulações para derrubar a MP 1.156.

Para a senadora Tereza Cristina (PP-MS), o Parlamento deve reforçar o orçamento da Funasa, e não extingui-la. Já Izalci Lucas (PSDB-DF) teme que passar as políticas públicas da Funasa para os ministérios prejudicará ainda mais o cenário de saneamento básico, já que a seu ver as pastas federais tem como marca registrada “o excesso de burocratismo” e a infraestrutura pouco capitalizada.

Soraya Thronicke (União-MS) foi outra que reclamou que a maioria dos prefeitos faz críticas à burocracia nas parcerias com os ministérios. O presidente da CI, senador Confúcio Moura (MDB-RO), não descarta que a MP 1.156 nem sequer seja votada, diante do impasse em torno da tramitação das MPs que envolve Senado e Câmara. Se a MP perder a validade por não ser deliberada em até 120 dias (caso o prazo de 60 dias seja prorrogado), a Funasa não será extinta.

A visão do governo - Representante do Ministério das Cidades, Jamaci Avelino do Nascimento Júnior alegou que os indicadores de desempenho de saneamento da Funasa não convergem com as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), conforme acordos do Tribunal de Contas da União (TCU). Há uma elevada chance das metas de cobertura de esgotamento sanitário rural e de universalização do abastecimento de água dos domicílios rurais não serem alcançadas, segundo o servidor. (FONTE: AGÊNCIA SENADO)

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Audiência pública teve a presença de diversos servidores

O RETORNO

Conab e Incra voltam a ser protagonistas nas políticas sociais de combate a fome

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva relançou durante uma visita em Recife, o Plano da Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar

O desmonte das políticas governamentais para produção dos alimentos que vão à mesa dos consumidores brasileiros foi um projeto do governo Bolsonaro que não conseguiu prosperar graças às mobilizações dos trabalhadores(as) de empresas públicas, servidores(as) e seus representantes sindicais.

A Conab era uma das empresas que seria privatizada e entregue ao mercado no governo Bolsonaro. Em 2019, foram fechados 27 armazéns da Companhia responsáveis pela distribuição e controle dos alimentos e de seus preços, combate à fome, proteção a pequenos agricultores, atuação em casos de desastres ambientais, entre outras políticas.

Nesses armazéns eram estocados os alimentos comprados pelo governo aos agricultores familiares. Quando os

alimentos apresentavam alta de preço, o governo vendia os estoques por valores mais baixos, exercendo um controle.

Mas tudo foi desmontado em benefício do agronegócio, que era uma base forte de apoio a Bolsonaro. Em seu governo, o agronegócio controlava os preços e conseguia obter mais lucro vendendo a produção para outros países, devido à alta do dólar, desabastecendo o mercado nacional. Não é à toa que os valores dos alimentos disparam no Brasil. Em 2013, o país tinha 944 toneladas de arroz estocadas, em 2015, mais de 1 milhão de toneladas. Em 2020, apenas com dois anos de governo Bolsonaro, eram apenas 22 toneladas, o que não garantia nem uma semana de consumo no país. E a situação só piorou com o passar dos anos.

No último dia 22, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relançou o

Plano da Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, durante uma visita ao Recife. A política pública é voltada ao incentivo da agricultura familiar por meio da compra direta ao produtor feita por órgãos públicos, além da compra de alimentos para estocagem nos galpões da Conab por parte do Governo. A ideia também é a de retomar o estoque regulador de alimentos.

Criado em 2 de julho de 2003, junto com o Programa Fome Zero, o PAA tinha o objetivo de combater a fome e a pobreza no Brasil. Em sua nova versão, o teto de compra foi ampliado de R\$ 4,5 mil para R\$ 15 mil por agricultor. Além disso, foram criadas facilidades para povos indígenas e comunidades tradicionais tornarem-se fornecedores. De imediato, o Governo Federal já autorizou o início da execução dos projetos de 309 agricultores fa-

miliares pernambucanos, totalizando R\$ 2,68 milhões para a compra da produção.

Com o investimento, aproximadamente 1 mil toneladas de alimentos serão doadas a 24 organizações, como os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Bancos de Alimentos, complementando a alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A partir do PAA os estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta podem comprar alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas. E os órgãos compradores poderão solicitar o apoio da Conab para identificação da oferta de alimentos, sazonalidade dos produtos, bem como na identificação de potenciais fornecedores. (FONTE: CONDSEF/SINDSEP-PE)

FUNAI

Servidores entram na quarta semana de mobilização pelo plano de carreira

Representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF), Associação Nacional dos Servidores da Funai (ANSEF) e Indigenistas Asso-ciados (INA) foram recebidos, na manhã desta quarta-feira (22), pela ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara. A agenda, ocorrida durante ato convocado pelos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), foi concedida com o propósito de debater os encaminhamentos necessários para a aprovação do Plano de Carreira da Funai. Durante a reunião, a ministra dos Povos Indígenas lembrou que a aprovação do Plano de Carreira da Funai é pauta prioritária da pasta. Em dezembro de 2022, o tema foi incluído no rol de alertas imprescindíveis para a estruturação da política indigenista, que foi enviado ao gabinete de transição governamental. No momento, a aprovação da proposta também se encontra entre as metas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo entregues pelo Ministério dos Povos Indígenas ao presidente Lula.

Os servidores da Funai encontram-se mobilizados desde junho de 2022 quando, na sequência ao bárbaro assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, foi instaurado movimento grevista por segurança e condições de trabalho. Na manhã do dia 22, voltaram a realizar vigília em frente à sede do Bloco C, onde funcionam o Ministério dos Povos Indígenas e o MGI.

As atividades visam cobrar celeridade na tramitação do Plano de Carreira, que se encontra em discussão pela equipe técnica do MGI desde o dia 23/02, de onde deverá seguir, ainda, para instâncias político-administrativas do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Casa Civil da Presidência da República, para posterior trâmite no Congresso Nacional.

Para viabilizar a tramitação do texto, os servidores cobram conclusão imediata das análises, posto que a medida deve sair do Executivo até meados de abril, considerando a data limite de 31 de maio de 2023 para a compatibilização com o projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2024. (FONTE: CONDSEF/SINDSEP-DF)

Reprodução



O PPP na pauta em todo país

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, recebeu no início deste mês, mais uma excelente notícia para nossos filiados. Finalmente o Ministério da Saúde através do chefe do RH, Lairson Vieira, informou que os PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) dos servidores que estavam parados no MS finalmente estão liberados para aposentadoria ou o abono de permanência, como é recomendado pelo nosso sindicato. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, assim como Jussara Griffo, diretora da entidade, parabenizaram por mais esta conquista do nosso sindicato (veja link abaixo do vídeos no You-

tube). Essa nossa luta chamou atenção de outras entidades do Brasil que vem travando dura batalha há anos sem sucesso. No *Sindsep Entrevista*, do Maranhão, pela relevância do tema, a conversa da semana foi com o nosso presidente Carlos Alberto (que participou da entrevista online em Brasília) e com o diretor jurídico do Sindsep/MA e secretário de Formação da Condsef, José Figueiredo.

Para assistir os vídeos digite:
<https://www.youtube.com/watch?v=PF-1sYFShBo>
<https://www.youtube.com/watch?v=NVV6uEXh2Yo>

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinêia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.



O nosso sindicato continua com campanha de filiação de servidores, da ativa, aposentados e pensionistas. Um dos principais motivos de ser filiado é ser representado. Quanto maior o número de filiados (as), mais forte estaremos na luta por benefícios e contra retirada de seus direitos. A sindicalização é a consciência de classe fundamental ao fortalecimento da categoria e do sindicato. A hora é essa! Filie-se você também.

8 DE MARÇO

Dia de amplificar nossa voz!

ROSEMERI MIRANDA PRADO*

Em 2023, o Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais traz para o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, o tema "Pela Vida, Democracia e Autonomia Econômica das Mulheres" e lista reivindicações diversas, todas igualmente importantes: a valorização do Salário Mínimo, mais emprego e proteção, mais creches e escolas públicas, salário igual para trabalho igual e o combate à violência. Como Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SC e diretora da Federação dos Trabalhadores no Comércio - FECESC, quero me debruçar particularmente sobre o tema da violência contra a mulher, não por alguma ordem de importância entre as pautas colocadas, mas pelo sentimento de urgência que as mulheres têm vivido e sentido nestes tempos.

O relatório "Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil", elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisas Datafolha, apresenta dados sobre diferentes formas de violência física, sexual e psicológica sofridas por mulheres com 16 anos ou mais no ano de 2022, no Brasil. "Agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos se tornaram ainda mais frequentes na vida das brasileiras. O assédio sexual, seja no ambiente de trabalho ou no transporte público, atingiu recordes inimagináveis. E, ainda que não se possa hierarquizar os traumas provocados pelas diferentes modalidades de violência, o fato é que estamos diante de um crescimento agudo de formas graves de

violência física, que podem resultar em morte a qualquer momento.", diz o relatório.

O estudo aponta que, entre os muitos fatores que podem ser relacionados como causa para o aumento desta violência, está a retirada do financiamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher por parte do Governo Federal nos últimos quatro anos; a pandemia de Covid-19, que comprometeu os serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência e, destaca o relatório, "a ação política de movimentos ultraconservadores que se intensificaram na última década e elegeram, dentre outros temas, a igualdade de gênero como um tema a ser combatido".

Esta última questão é exemplificada no relatório através do movimento Escola Sem Partido, que intimida professores e propõem projetos de Lei que atacam a inclusão do tema igualdade de gênero, raça e sexualidade nos conteúdos escolares. Bem, nós, catarinenses, ainda em 2023 convivemos com um governo estadual que sancionou a Lei que institui a Semana Escolar de Combate à Violência Institucional contra a Criança e o Adolescente e que, em seu texto, estabelece que de 8 a 14 de agosto os debates escolares se dediquem a "ampliar o conhecimento de crianças e adolescentes sobre o direito de liberdade de aprender conteúdo politicamente neutro".

Não há que ser neutro frente à discriminação, ao discurso de ódio, às muitas violências que sempre permearam nossa sociedade e que, nos últimos anos, avançam numa escala

crescente. Não é possível conviver em silêncio com as notícias diárias de agressões às mulheres e ao feminicídio. Não é possível aceitar que uma parcela ainda tão pequena de mulheres que se fazem presentes na política sejam vítimas constantes de assédios violentos, como foram os casos sofridos por vereadoras de diferentes cidades catarinenses. Não há como calar quando se multiplicam vozes machistas nas redes sociais.

A ausência de debates, a falta de financiamento no combate à violência, a desestruturação das políticas e equipamentos públicos no atendimento às vítimas, a não punição devida aos autores de violência, são todos fatores que encorajam e multiplicam os agressores.

Iniciamos 2023 diante de um novo cenário político no país mas, muito mais do que comemorar a volta da esperança, precisamos aumentar a nossa voz e ocupar nossos espaços, o espaço da mulher no trabalho, na sua casa, na política, na sociedade. Um espaço onde não aceitamos mais negociar a submissão, a desigualdade e menos ainda a violência de qualquer tipo. O 8 de março significa reflexão e chamado para a ação: mulheres, não nos calemos!

*ROSEMERI MIRANDA PRADO – DIRETORA EXECUTIVA DA FECESC E SECRETÁRIA DA MULHER TRABALHADORA DA CUT-SC



em todo o Brasil. No Executivo federal, houve avanço no atual governo, com mulheres ocupando 11 dos 37 ministérios.

Nas 250 maiores empresas nacionais pesquisadas pela consultoria Grant Thornton, 6% responderam, em 2021, que não mantêm nenhuma mulher em cargos de liderança, mas cerca de 35% dos postos de presidente executivo (CEO) são do sexo feminino.

Além desse empoderamento tímido, como nunca, a mulher tem sido muito atacada na socie-

dade brasileira.

Todas as formas de violência aumentaram no Brasil em 2022, com 18,6 milhões de mulheres vítimas de agressão segundo o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

A lista de ataques envolve ofensas verbais e sexuais, perseguição, ameaças com faca, arma de fogo ou físicas, espancamento ou tentativa de estrangulamento, lesão provocada por algum objeto que foi atirado nelas e esfaqueamento ou tiro.

A pesquisa também apresentou outro dado repudiável: 1 em cada 3 brasileiras com mais de 16 anos sofreu violência física e sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.

As medidas protetivas, a proliferação de delegacias de mulheres, as prisões em flagrante, o respaldo da Lei Maria da Penha e diversas formas de acolhimento têm sido insuficientes para cessar essa tragédia diária que deixa vítimas e órfãos por todo o Brasil.

O FBSP reuniu as estatísticas de feminicídio e estupro dos primeiros semestres dos últimos 4 anos e registrou total de 2.671 mortes. 699 somente de janeiro a junho de 2022. A misoginia e o machismo estão à solta. Temos que combater isto, para preservar, proteger e defender nossas mulheres.

Basta de violência! Reflexões e atitudes indispensáveis neste Dia Internacional da Mulher e em todos os demais dias de nossa existência.

(*) JORNALISTA, VICE-PRESIDENTE DA ARI (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA)



NOME	DIA
ADALBERTO NASCIMENTO DA SILVA	23
ANA RODRIGUES MAGALHAES	24
ANDREIA DE SOUZA FERREIRA SILVA	02
ANGELA MARIA GOMES	02
ANTONIO AUGUSTO	24
ANTONIO HUGO FERREIRA	01
ANTONIO LUIZ DE SOUZA MEIRA	20
ARCILIO DE BARROS FILHO	24
AROLD DE SOUZA JUNIOR	06
ARTUR JORGE ALVES GUERRA	01
ATHAIDE DE ASSUNCAO	17
BENEDITO FERREIRA DA SILVA	11
BENEDITO REGINALDO FERRAZ	28
CHRISTIANE IBIAPINO	20
CLODOALDO PEREIRA AZEVEDO	27
DIVANI MARTINS ARAUJO	25
ED SALIES FONSECA	06
EDSON RIBEIRO DA SILVA	24
ELENIR DE MORAES	10
ELIAS BELISARIO DE ARAUJO	20
ELIEDER TIAGO GONÇALVES DE OLIVEIRA	05
ELION LEOPOLDO DE ANUNCIAÇÃO	20
ELISA MARIA TROMBETA BALESTRIN	14
ESTEVINA ANICETA DE FIGUEIREDO	17

FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA
GILBERTO JOSE DA SILVA
HELIO DE SOUZA BARBOSA
HERMENEGILDO REIS DE ALMEIDA
HOZANA SILVA
IOLANDA TOMAZ DE PAULA
IRENE DA SILVA MEDRADO CRUZ
IRENE DE ALMEIDA LOPES
IRENE GOMES PEREIRA
IVETE LUCIA VILAR DE QUEIROZ
JAMIR ALVES FERREIRA
JAMIR CORREA GUIMARAES
JANE MARIA DE CAMPOS
JOAO OLIVEIRA ROCHA
JOÃO OROLD MENDES
JOAO WEREHTE RAI RATE
JOSE GERALDO MESQUITA
JOSE JORGE DE SOUZA
JOSE RAMOS DA SILVA
JOSIANE RUTH ARRUDA DO NASCIMENTO
JOVENAL AZOMARE
JULIZAR VILELA PINHEIRO
JURACI PEREIRA DOS SANTOS
JURANICE CATARINA DE FRANCA
KEILA REJANE BARBOSA BORGES
LEIDE SANTOS AGUIAR DIAS
LENIR PIRES DE SOUZA
LEONICE DE OLIVEIRA NASCIMENTO
LOURDES FERREIRA FIRMINO DA SILVA
LOURDES MARIA DE ALMEIDA SILVA
LUCINDA VITURINA DE ARRUDA
LUIZ CARLOS DA LUZ
MANOEL DE FREITAS

01	MANOEL ESMELIANO DA SILVA	29
30	MARCOS ANTONIO ROCHA E SILVA	23
03	MARCOS BENEDITO NASCIMENTO PINHEIRO	25
13	MARIA ANTONIA BOM DESPACHO	12
22	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA RAMOS	09
05	MARIA DE FATIMA ALVES PEREIRA	26
07	MARIANE CARLI DE ALMEIDA GIMENES	26
06	MARLI BATISTA RODRIGUES	13
01	MARLI BERGONCI POLITA	28
15	MAURICIO ALVES RATTACASO JUNIOR	04
29	MICHAEL R. DA CRUZ SAMPAIO	21
18	PAIXAO BENEDITO GUIMARAES CALDAS	20
19	PATRICIA FURTADO DE OLIVEIRA AGUIAR	28
06	PAULINA DE ALMEIDA RAMOS	11
24	PEDRO DO CARMO CORREIA	07
19	POMPILIO RODRIGUES DE LIMA	27
08	RENEE MARIA DE ALMEIDA	23
24	RICARDO LOPES GUSMAO	03
29	ROSANGELA SIMÃO DE MATOS	03
09	RUFINO ANASTACIO DE OLIVEIRA	07
09	SAMUEL DUARTE DE MELLO	08
19	SELMA LIMINATA DE MORAIS	21
04	SELMO JACINTO DE OLIVEIRA	24
30	SENHORINHA PEREIRA DE AMORIM	02
02	SIMONE COELHO DIAS	13
09	ULISSES ZOZIMO DE ALENCASTRO	04
15	VALDILENE APARECIDA DE OLIVEIRA	18
11	VANILDA PINHEIRO ALMEIDA	29
30	VERACY TIZZIANI	15
30	VERALUCIA FARIAS SANTOS	23
15	WALTERSOM LEAO CARDOSO	21
07	YABUTI METUKTIRE	04